

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 7**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 7

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 7 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-100-8

DOI 10.22533/at.ed.008190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS	
Bárbara Alves de Jesus	
Fernanda Duarte Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904021	
CAPÍTULO 2	8
O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Fabiana Aparecida Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0081904022	
CAPÍTULO 3	16
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UFG/RC	
Thais Ferreira dos Santos	
Aline Rosa da Costa	
Thimoteo Pereira Cruz	
Nubia de Fatima Felix Ferreira	
Tacila da Costa Marinho	
Isabella Oliveira Pacheco	
Nayane Alves Pereira	
Laryssa Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.0081904023	
CAPÍTULO 4	25
FORMAÇÃO CONTINUADA EM ONTOPSICOLOGIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS	
Carmen Ivanete D`Agostini Spanhol	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 5	37
JUVENTUDE, CULTURA MUDIÁTICA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Luiz Fernando Ribeiro de Paiva	
José Carlos Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 6	44
A PERSISTÊNCIA DOS CAMPONESES NA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)	
Matheus Santos Medeiros	
Hugo Henrique Sousa de Lisboa	
João Manoel Borges de Oliveira	
Mariana Melo Mesquita de Siqueira	
Rener Rodrigo Pires	
Talita Neri Caetano de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0081904026	

CAPÍTULO 7	52
O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA	
Emilene Fontes de Oliveira Thalita Pavani Vargas de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904027	
CAPÍTULO 8	63
REDESCOBRINDO O HUMANO: ANTAGONISMOS COLETIVOS E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO	
Gisele da Silva Rezende da Rosa Josiane Custódio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0081904028	
CAPÍTULO 9	68
TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE O DISCURSO ORIGINAL DE DONALD TRUMP E SUA RESPECTIVA TRADUÇÃO	
Maria Laura Golfiere Moura Leila Maria Gumushian Felipini	
DOI 10.22533/at.ed.0081904029	
CAPÍTULO 10	84
REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM A PARTIR DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS	
Paula Santana Carvalho Adriana Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.00819040210	
CAPÍTULO 11	97
REFLEXÕES SOBRE LITERATURA E CINEMA E BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERSONAGEM FEMININA	
Carla Rosane da Silva Tavares Alves Andréia Mainardi Contri	
DOI 10.22533/at.ed.00819040211	
CAPÍTULO 12	109
SABERES E PRÁTICAS EM PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO POPULAR	
Lucinete Gadelha da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.00819040212	
CAPÍTULO 13	119
REALIZANDO PESQUISAS COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS: CENAS DO PROTAGONISMO INFANTIL	
Viviane dos Reis Silva Tacyana Karla Gomes Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.00819040213	

CAPÍTULO 14	128
PRIMEIRAS LIÇÕES DE CULTURA E CIDADANIA NO <i>SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA</i> : NA ESCOLA E NO LAR, DE THOMAZ GALHARDO	
Valdeci Rezende Borges Elmar Severino Ribeiro Junior	
DOI 10.22533/at.ed.00819040214	
CAPÍTULO 15	144
PESQUISAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTOS RURAIS: VISIBILIDADES, APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REFLEXÕES	
Patrícia Júlia Souza Coêlho	
DOI 10.22533/at.ed.00819040215	
CAPÍTULO 16	154
OS MANUAIS DE CIVILIDADE NO JORNAL, <i>O PUBLICADOR</i> (1862-1886)	
Carolina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.00819040216	
CAPÍTULO 17	164
UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA DO CURSO TÉCNICO EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ, NA VISÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA 3ª ETAPA DO ENSINO MÉDIO	
Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.00819040217	
CAPÍTULO 18	177
OS VALORES SOCIAIS E O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	
Herika Paiva Pontes Luana de Sousa Oliveira Rafaela Lima Nascimento Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim Geraldo Bezerra da Silva Júnior Mirna Albuquerque Frota	
DOI 10.22533/at.ed.00819040218	
CAPÍTULO 19	184
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CAMPESINATO: DA COLÔNIA AGRÍCOLA AO IF GOIANO <i>CAMPUS CERES</i>	
Marco Antônio de Carvalho Claudecir Gonçalves Léia Adriana da Silva Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.00819040219	
CAPÍTULO 20	198
POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE – A NORMA GERAL DE AÇÃO (NGA) DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG) – MS	
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel	
DOI 10.22533/at.ed.00819040220	

CAPÍTULO 21 210

EMPRESA: OPORTUNIDADE PARA O JOVEM FAZER, SABER E SER -A PEDAGOGIA DA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E PRÁTICO

[Bernardina Teresinha Amantino](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040221

CAPÍTULO 22 214

PERFIL DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOCENTE

[Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro](#)

[Luciane Helena Mendes de Miranda](#)

[Vera Maria Nigro de Souza Placco](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040222

CAPÍTULO 23 226

PERFIL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSIDERAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE FEIRA AGROECOLÓGICA, ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE – CRATO – CE

[Valéria Feitosa Pinheiro](#)

[Guilherme Silva Nascimento](#)

[Christiane Luci Bezerra Alves](#)

[José Alex do Nascimento Bento](#)

[Adriana Correia Lima Franca](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040223

CAPÍTULO 24 238

A CATEGORIA TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

[Ingridy Lammonikelly da Silva Lima](#)

[Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida](#)

[José Rangel de Paiva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040224

CAPÍTULO 25 249

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

[Silvera Vieira de Araújo Holanda](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040225

CAPÍTULO 26 261

TERRITÓRIOS MULTIDIMENSIONAIS: INTELIGENCIA CULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES FAXINALENSES DO PARANÁ

[Tiago Augusto Barbosa](#)

[Franciele Moreto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040226

CAPÍTULO 27 270

RESULTADO DO PISA NO PIAUÍ: O QUE MUDA NA GESTÃO EDUCACIONAL?

[Nemone de Sousa Pessoa](#)

[Jovina da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040227

CAPÍTULO 28 284

A CIDADE NOS FAZ PENSAR

Daniela da Rosa Molinari

Marcele Scapin Rogério

DOI 10.22533/at.ed.00819040228

CAPÍTULO 29 295

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Karla Cristina Vicentini de Araujo

Viviane Oliveira Augusto

Gabriella Rossetti Ferreira

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.00819040229

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Silvera Vieira de Araújo Holanda

Doutora em História-UFPE.

Picuí-Paraíba

Este artigo foi produzido com base no 4º capítulo da tese intitulada “Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)”, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Alberto Cunha Miranda, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, UFPE.

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de problematizar a atuação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba (1920-1930), em suas dimensões sociais e políticas, observando suas repercussões na sociedade e nos bastidores da política paraibana. Assim, abordaremos os limites do processo institucionalização da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba em termos de serviços, estrutura e formas de atuação na sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde, política e sociedade.

ABSTRACT: This article aims to discuss the work of the Commission for Rural Sanitation and Prophylaxis of Paraíba (1920-1930), in its social and political dimensions, remarking its repercussion in society and behind the scenes of Paraíba policy. Thus, we will approach

the limits of the institutionalization process of the Commission for Rural Sanitation and Prophylaxis of Paraíba in terms of services, structure and the ways of acting in society.

KEYWORDS: Health, Policy and society

INTRODUÇÃO

Pretendemos problematizar a história das instituições de saúde na Paraíba durante a Primeira República (1920-1930) em suas múltiplas relações com a ciência, os poderes públicos e a sociedade, observando principalmente o processo de expansão da autoridade estatal na sociedade. Desta forma, o nosso estudo tem como fundamento a problematização das relações de poder que envolveram as políticas de saúde e de higiene desenvolvidas pelas instituições de saúde, com o intuito de analisar a historicidade dessas políticas, as suas relações com as políticas públicas desenvolvidas ao nível nacional e suas repercussões no cotidiano da população paraibana. Nesta perspectiva, abordaremos neste artigo, a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba (1920-1930), em suas dimensões conflitivas no campo social e suas limitações de ordem institucional, resultante das dificuldades financeiras e da

interferência político-partidária em sua organização.

Na Paraíba, as repercussões das campanhas pelo saneamento da década de 1920 e das políticas de saúde lançadas pelo governo federal se fizeram presentes com a criação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural (CSPR). A criação da CSPR na Paraíba sinalizou um dos mais importantes passos para a institucionalização dos serviços de saúde e saneamento no período. A atuação da Comissão de Saneamento na Paraíba, na década de 1920, sinalizou o processo de expansão da autoridade pública na sociedade através do processo de institucionalização dos serviços de saúde e saneamento, evidenciado pela presença da instituição em diversas localidades com seu corpo de funcionários, ditando normas e aplicando métodos de cura e prevenção das doenças. O estado passa ser representado pela instituição e seus funcionários, gerando no meio social a consciência de sua presença. Conforme explica Hochman:

O desenvolvimento da autoridade pública implicaria constituição de infraestrutura sanitária e de capacidade coercitiva. No Brasil, em “um primeiro estágio, marcado pela ordem estabelecida em 1891, haveria uma combinação da saliência do poder coercitivo da autoridade sanitária com a timidez territorial (infraestrutural). O segundo estágio (1910-1930) significaria uma continuidade nos acúmulos despóticos do Estado, mas agora combinados com a constituição territorial do Poder Público ou com o aumento do poder infraestrutural” (HOCHMAN, 2012, p.43).

Em suma, para Hochman, a política de saneamento e profilaxia rural foi se tornando uma atividade pública e nacional, a autoridade sanitária assumiu novas e maiores atribuições “ocupando o país com prédios públicos, instituições, exames, médicos, vermífugos, funcionários, fossas, palestras, folhetos educativos, cadastros de residências, estatísticas, vacinas e regulamentos” (HOCHMAN, 2012, p.183). No entanto, devemos salientar que este processo de institucionalização foi desigual no território paraibano, pois, estes serviços não atingiram a totalidade do estado, ficando algumas cidades ausentes deste projeto de saneamento e de saúde, além disso, as cidades do interior receberam os serviços mais simples, tais como, os serviços de combate as endemias (ancilostomíase, impaludismo) de acordo com sua realidade epidemiológica, ficando os serviços mais abrangentes e complexos, a exemplo do combate a tuberculose, sala de cirurgia, combate a lepra e a doenças venéreas restritos à capital, sendo isto uma limitação territorial deste processo de institucionalização dos serviços de saúde e de saneamento.

Em nosso estudo observamos que, a expansão da autoridade pública, na década de 1920, ocorre a partir da articulação entre governo federal e o estado paraibano, conforme o previsto no contrato entre ambos para a execução dos serviços da CSPRP. A seguir, estudaremos os limites dessa institucionalização e as repercussões sociais e políticas da CSPRP.

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: NOS BASTIDORES DO PODER E DA SOCIEDADE.

A atuação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba constituiu um avanço em termo de acesso aos serviços de saúde e saneamento, principalmente quando se compara o período anterior à sua presença na Paraíba. Contudo, a instituição teve uma atuação limitada em termos de abrangência e regularidade de seus serviços, o que desencadeou uma série de críticas a entidade por parte da população, imprensa e médicos. Nas próximas páginas iremos problematizar os fatores que influíam nas limitações da CSPRP e que punha em xeque a viabilidade de seu projeto de saúde e de higiene.

A questão financeira constituiu uma das maiores dificuldades enfrentada pela Comissão, a qual se agravou quando, “terminado o governo de Eptácio Pessoa, seu sucessor, presidente Arthur Bernardes, cortou as verbas destinadas às obras contra as secas, medida que afetou os trabalhos da Comissão” (NÓBREGA, 1979, p.69). Diante desta situação, Acácio Pires deixa a chefia da Comissão, sendo substituído por Joaquim Cavalcante de Albuquerque, “o novo chefe deu ênfase ao combate à malária, no vale do Jaguaribe, visando a proteção de Tambaú e aos postos de higiene do interior. Criou ainda os Postos Itinerantes de profilaxia da Boubá, então endêmica no brejo e na caatinga”(NÓBREGA, 1979, p.69). Após atritos com colegas, Joaquim Cavalcante de Albuquerque sai da Comissão, sendo substituído por Walfredo Guedes Pereira, “sua administração voltou-se para a assistência á maternidade e à infância tendo dado nova organização ás práticas premunitoras da varíola e da raiva, além de feito construir o Instituto Vacinogênico e Antirrábico” (NÓBREGA, 1979, p.69).

No final da década de 1920, os problemas financeiros se tornaram mais frequentes e influíram decisivamente nas limitações da instituição, com o fechamento de postos e a demissão de funcionários. Isto pode ser observado em uma circular, transcrita pelo médico Walfredo Guedes, diretor geral da Comissão, em seu relatório de 5 de janeiro de 1928:

Paraíba-23-12-1927-nº 541 Circular- cumprindo determinações da Diretoria Geral sobre redução de verba pessoal que, no próximo ano, não poderá exceder metade verba este Serviço, fui obrigado a adotar medida supressão de nove sub-postos, o inclusive o desse município. Si essa Prefeitura reconhecesse os benefícios do dito sub-posto, solicito, para que o mesmo não desapareça, custear despesa decorrente manutenção guarda, correndo por sua conta este Serviço fornecimento medicamento, ficando o mesmo serventuário sob minha jurisdição Peço responder-me por telegrama a fim de comunicar Diretoria.¹

Com envio deste telegrama aos diretores dos postos do interior, Walfredo Guedes queria justificar “as supressões de três postos e nove sub-postos, motivadas pela circular da Diretoria de nº 562, de Novembro,”²apelando para que “as prefeituras

1. DNSP. Serviço de Saneamento Rural no Estado da Paraíba.. 2 de outubro de 1928. FUNESC- Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, Cx. 018, v. 596, Doc. Man. Ano 1928/1929.

2. Idem.

custeassem os vencimentos dos guardas, ficando o fornecimento de medicamento por conta deste Serviço.”³Em resposta ao pedido do diretor da CSPRP, apenas a prefeitura da capital se prontificou a custear o salário do guarda do posto de Pitimbú, as demais prefeituras, negaram tal despesa, alegando falta de recursos.

Diante dos problemas financeiros enfrentados pela instituição, Walfredo apela para a divisão de responsabilidade financeira com os municípios para a manutenção dos respectivos postos, porém a negativa dos prefeitos sinalizava a inviabilidade do projeto de cooperação financeira entre União, estado e municípios, para a execução dos serviços de saúde e saneamento. Neste sentido, compreende-se a ausência dos poderes municipais no tocante a implantação e manutenção dos serviços de saúde, que apenas se beneficiavam com a presença do programa de saúde federal e estadual implantado em suas respectivas localidades. A exceção da prefeitura da capital, que contribuía financeiramente para com a CSPRP, os outros municípios não compartilhava da responsabilidade financeira para com os serviços da Comissão.

O governo do Presidente da República Washington Luís (1926-1930), caracterizou-se por um retrocesso nas políticas de saúde e saneamento do D.N.S.P, ocasionado pela diminuição das verbas destinadas ao departamento, com isto, ocorreu o fechamento de vários postos e a demissão dos funcionários em todos os estados do Brasil(Cf. SANTOS, 1985, p.206). Na Paraíba, além das dificuldades financeiras devido à diminuição do repasse de verbas, a atuação da Comissão foi afetada pela questão política partidária, pois, João Pessoa, presidente do estado da Paraíba, negou apoio ao Presidente Washington Luís na sucessão presidencial de 1930, optando pelo apoio a oposição,⁴ sendo candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas da Aliança Liberal, contra o Júlio Prestes, candidato da situação.⁵

A nova configuração política partidária, segundo João Pessoa, influenciou na rescisão do contrato de cooperação entre o estado e a União para a execução dos trabalhos da Comissão de Saneamento e Profilaxia, como relata em mensagem dirigida a Assembleia em 1929:

3. DNSP. Serviço de Saneamento Rural no Estado da Paraíba.. 2 de outubro de 1928. FUNESC- Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, Cx. 018, v. 596, Doc. Man. Ano 1928/1929.

4. Segundo Lewin (1993, p.347), Washington Luís “não perdeu tempo para desencadear o disciplinamento presidencial da Paraíba. Em setembro de 1929, todos os funcionários federais não perrepostos perderam seus empregos no Estado, sendo substituídos por partidários de Júlio Prestes.” Dessa forma, Washington Luís tentava impor uma represália ao Presidente João Pessoa, por ter se colocado contra o sistema político dominado pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

5. Segundo Nóbrega(1979, p.69), “mantinha-se a Saúde Pública num ritmo satisfatório quando o presidente João Pessoa, filiando-se à Aliança Liberal, que era hostil ao governo central, veio a sofrer pressão do centro.”

Funcionou o Serviço de Saneamento Rural com a mesma regularidade dos anos anteriores, até 15 de outubro do ano findo, quando fui obrigado, usando da atribuição contida na lei nº 685, de primeiro de outubro de 1929, a rescindir o contrato de cooperação com a União. A rescisão foi motivada por ter o governo federal, demitindo o chefe do serviço, pretendido desorganizá-lo com fins partidários.⁶

O diretor da Comissão, Walfredo Guedes, foi mantido no cargo contrariando a orientação do governo federal, que “passou a exigir que a repartição sanitária do Estado fosse dirigida por um sanitarista de curso” (NÓBREGA, 1979, p.69), motivando, dessa forma, o fim da cooperação financeira entre estado e União. Aliás, a própria nomeação do diretor Walfredo Guedes para o cargo em 1925, foi reflexo da política partidária no estado, pois o mesmo era vice-presidente do estado no momento de sua nomeação. Aliado da oligarquia Neiva-Pessoa-Lucena, Walfredo Guedes já tinha uma atuação política consolidada como prefeito da Capital⁷ entre os anos de 1920 a 1924. Dessa forma, a conquista do cargo resultou da política de apadrinhamento, tão comum no período, tendo em vista que a oligarquia Neiva-Pessoa-Lucena fazia parte da base de apoio do presidente Arthur Bernardes.

Com a rescisão do contrato, todo o material foi dividido igualmente entre ambos, resultando no fechamento de 4 postos e na demissão de 24 funcionários. Posteriormente, o presidente João Pessoa reabriu os postos e reaproveitou os funcionários que anteriormente tinham sido demitidos.⁸ O jornal *A União*, de orientação política favorável ao presidente do estado da Paraíba, tentou justificar a decisão de João Pessoa de romper o contrato com a União, podemos observar tal fato no fragmento a seguir:

Foi um serviço desta ordem que se pretendeu desorganizar por interesses políticos. Mas, mesmo sem o auxílio do Governo Federal, a Paraíba, não ficará privada da obra de assistência e saúde pública, porque o Governo do Estado tomou a iniciativa de amparar sozinho os interesses da população que não pode prescindir daqueles recursos.⁹

A política partidária influenciou no processo de institucionalização dos serviços da Comissão, uma vez que, os desentendimentos entre estado e governo federal resultaram na rescisão do contrato entre ambas as partes. Com a rescisão do contrato, ocorreu a supressão de postos, a demissão de funcionários e a limitação das verbas destinadas à compra de medicamentos e materiais de uso diário, afetando, dessa forma, o funcionamento da instituição e, ocasionando os limites da institucionalização dos serviços do DNSP na Paraíba.

A limitação institucional da CSPRP, em sua maior parte, decorria também dos conchavos políticos e da política partidária, na medida em que há indícios de que os cargos de direção e os demais cargos eram ocupados por pessoas de orientação

6. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa na Abertura da 2ª Reunião da 10ª Legislatura, Parahyba, 1929.

7. Informações obtidas em: Pela Prophylaxia Rural. **A Imprensa**, n.81, 27 de janeiro de 1927.

8. Ver: João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa na Abertura da 2ª Reunião da 10ª Legislatura, Parahyba, 1929, p.123.

9. Directoria de Saúde Pública e Saneamento Rural. **A União**, n.16, 21 de janeiro de 1930.

política favorável ao grupo oligárquico no poder, e não necessariamente pelo mérito. A competência profissional e técnica, em muitas vezes, estavam relegadas ao segundo plano,¹⁰ como identificamos em uma correspondência entre o presidente do estado João Suassuna e o diretor do DNSP, Clementino Fraga.

Rio,28- Conforme seus desejos será nomeado sub inspetor dr. Octavio Soares. Em tudo que interessar seu Estado e serviços federais higiene peço dizer-me diretamente seu ponto de vista ou preferência em caso nomeações. Creia que será motivo imenso prazer para mim poder atende-lo.¹¹

Octavio Soares, assim como Walfredo Guedes, diretor geral da CSPRP, foram nomeados para os seus respectivos cargos com base na política clientelística de troca de favores, base da política oligárquica do período da Primeira República. Outros diretores foram nomeados nesta perspectiva clientelística, assim verificamos na matéria publicada em *O Jornal*, que apontou uma lista de 9 de nove diretores que atuavam na instituição, contudo, ressaltava que essa quantidade não significava qualidade dos serviços ofertados.¹² Neste mecanismo de troca de favores, os governantes de cada estado nomeavam os seus afilhados políticos para os cargos públicos que, em troca, recebiam apoio político em forma de votos. A política clientelística pode ser definida como um sistema marcado por situações paradoxais:

(...) primeiro, uma combinação peculiar de desigualdade e assimetria de poder com uma aparente solidariedade mútua, em termos de identidade pessoal e sentimentos e obrigações interpessoais; segundo, uma combinação de exploração e coerção potencial com relações voluntárias e obrigações mútuas imperiosas; terceiro, uma combinação de ênfase nestas obrigações e solidariedade com o aspecto ligeiramente ilegal ou semilegal destas relações (...) O ponto crítico das relações patrão-cliente é, de fato, a organização ou regulação da troca ou fluxo de recursos entre atores sociais (LEAL, 1997, p. 28).

Esta política baseada nas relações de obrigações recíprocas de trocas de *benesses* entre o patrão e o cliente, sedimentou o tipo de política denominada clientelística, que foi bastante recorrente na Paraíba durante a década de 1920, como observamos em um telegrama enviado a João Pessoa por um afilhado solicitando emprego:

Meu caro João- la me esquecendo de ter fazer um pedido: além da vaga de fiscal de consumo em perspectiva ali se abram mais três, em consequência de aposentadoria de uns velhos. Caso não tenhas compromissos muitos, eu te pediria que indicasse para uma delas o nome de Sidulpho Santiago. Trata-se de uma filho do Tio Zeco, habitado em concurso feito no Espírito Santo. É um moço bom, digno, e que com os apertos em que vive está argumentando as aflições do velho. Seria um bom ato humanitário, que praticarias.

10. Tivemos informações de um concurso realizado pela Comissão de Saneamento para o cargo de enfermeira da instituição, ver: Serviço de Prophylaxia Rural: Concurso para enfermeiras. **O Jornal**, ano II, n. 50, 8 de fevereiro de 1924.

11. Serviço de Prophylaxia Rural. **A União**, n.52, 5 de março de 1927.

12. Ver: Prophylaxia Rural. **O Jornal**, ano II, n.10, n.10, p.3, 30 de novembro de 1923. A referida matéria cita os seguintes diretores que a instituição teve desde seu início até o período em questão: Acácio Pires, Pinheiro Sózinho, Antonio Periássu, Flávio Maroja, Barreto Coqueiro, Cavalcanti de Albuquerque.

Perdoa-me tanto guelismo, meu João; mas eu tenho tanto parente que só se ocupa em meter ...É filho que é uma coisa imunda(grifo do autor).

Muito obrigado

Rio, 20-julho-929.¹³

De acordo com o telegrama, o pedido de emprego para o seu primo, filho do seu tio Zeca, ao presidente do estado, João Pessoa, exemplifica a política clientelística existente no estado, em que os cargos públicos eram ocupados pela parentela indicada pelos chefes de governo. Estes cargos, disputados por uma imensa parentela, eram controlados pelo ex-presidente da República Epitácio Pessoa, chefe da oligarquia dominante no estado da Paraíba, como visualizamos em telegrama enviado a João Pessoa, por Carlos Pessoa, sobrinho de Epitácio e chefe do Partido Republicano da Paraíba,

Deputado Carlos Pessoa

Rio

Apesar de chefe do governo partido, nada deliberarei sem consultar tio pt Espero Esclarecimento habilitem consulta. Abraços.¹⁴

Este telegrama constitui uma resposta do Deputado Federal Carlos Pessoa a consulta que lhe fora feita sobre a indicação de um afilhado político para um cargo público.¹⁵ Neste telegrama, verificamos que a resposta depende da consulta ao tio, no caso, Epitácio Pessoa, que controlava a indicação para os cargos na Paraíba. Segundo Lewin (1993), os cargos eletivos e de nomeação continuavam a ser de *patronagem*,¹⁶ vital para a sustentação da oligarquia no poder. Para a autora, “o patrimonialismo referia-se à legitimação política do pelo estado dos grupos personalísticos e de base familiar – seu exercício de poder político e sua disposição de recursos” (LEWIN, 1993, p.282). Nesta perspectiva, “quando Epitácio ou seus governadores indicavam que grupos de base familiar monopolizariam a autoridade política municipal e dispunham de patronagem, eles exerciam uma discricção pessoal que era a marca distintiva de um sistema patrimonialista” (LEWIN, 1993, p.282).

Nesta relação de trocas, a competência técnica não era o fator primordial para a indicação ao cargo desejado, mas sim a relação de apadrinhamento que o pretendente possuía com os grupos oligárquicos dominantes do estado. Como

13. Correspondências pessoais de João Pessoa. Telegrama 126/6. Enviado a João Pessoa em 20 de julho de 1929. Arquivo do IHGP-Arquivo Dr. Fávio Maroja, localização A6G1P1, Doc. 052-1.

14. Telegrama 140/1. Correspondências pessoais de João Pessoa. Arquivo do IHGP. Arquivo Dr. Fávio Maroja. Arquivo do IHGP-Arquivo Dr. Fávio Maroja, localização A6G1P1. Doc.053.

15. Na Comissão de Saneamento existiram casos de nomeação de funcionários, a exemplo da nomeação da enfermeira Srta. Bicalho, que enfrentando problemas no seu trabalho, foi demitida. Conforme observamos na matéria publicada pelo *O Jornal*. Ver: Pela Prophylaxia Rural: o caso da enfermeira Bicalho. **O Jornal**, ano II, n. 50, 23 de janeiro de 1924.

16. Baseando-se nas considerações de Weber sobre a caracterização do estado patrimonialista, Linda Lewin (1993, p.282), afirma que “em 1919, a política paraibana ainda refletia em muitos aspectos aquilo que a literatura acadêmica analisou em termos weberianos como o estado patrimonial ou quase patrimonial do final do Império”.

ressaltou Clementino Fraga, “o presidente do Estado teria preferências em caso de nomeação de funcionários.”¹⁷ Nesta relação clientelística, a atuação da Comissão era afetada em seus propósitos institucionais, tendo em vista que o critério de seleção de funcionários era o político, e não a qualidade técnica dos postulantes aos cargos, o que influía na qualidade dos serviços ofertados pela instituição, contribuindo assim para a sua limitação institucional.

Esse tipo de seleção de funcionários para os cargos da instituição desencadeava algumas irregularidades, a exemplo do que foi divulgado pelo veículo de comunicação, *O Jornal*, em sua edição de 10 de maio de 1924, que apontava que tais irregularidades tinham motivado a abertura de inquéritos para a sua apuração. Segundo *O Jornal*, as informações davam conta de que “há naquele departamento, o vazo de sobrecarregar-se os serventuários menos protegidos de trabalho, enquanto, os outros, mais felizes, desfrutam as regalias de um favoritismo irreconciliável com a equidade com que deveria observar-se em tais casos.”¹⁸ Essa situação de privilégios a que desfrutavam os funcionários mais favorecidos, resultava da relação de apadrinhamento que mantinham os grupos políticos que controlavam os cargos da instituição. Isto interferia na qualidade dos serviços ofertados a população, pois, funcionários não se preocupavam em fazer um serviço de qualidade, já que se sentiam acobertados pelos seus padrinhos.

O contrato de cooperação entre o governo estadual e o governo federal para a execução dos serviços de saúde e saneamento na Paraíba, foi restabelecido em novembro de 1930, como noticiou o jornal *A União*, em sua edição de 28 de novembro de 1930,¹⁹ a Paraíba, que tinha sido base de apoio ao movimento de 1930, foi beneficiada com o restabelecimento do contrato. Walfredo Guedes Pereira continuou como chefe do Saneamento Rural, contudo, o DNSP, enviou para representá-lo distrato, um funcionário categorizado, ...o funcionário chegou com a orientação de não criar dificuldades à Paraíba. Repartido o material,” Guedes Pereira continuou dirigindo a Repartição até 1935, quando finalmente ficou um sanitarista a testa da saúde pública estadual”(NÓBREGA, 1979, p.69). Deste modo, se referia o médico sobre a permanência de Guedes Pereira a frente da saúde pública, independente da orientação que se tinha para o exercício do cargo, ou seja, de ter formação ou curso em sanitarismo, como não tinha esse requisito, Guedes Pereira se manteve no cargo, graças a suas boas relações com os grupos vencedores e dominantes na Revolução de 1930.

Os limites institucionais dos serviços federais e estaduais implantados no estado foram responsáveis, em grande medida, pelas repercussões negativas do sistema na sociedade. Se antes da atuação do estado na saúde e no saneamento, a reclamação principal da população era a ausência do poder público no setor, com os primeiros passos do governo no âmbito da saúde e da higiene, as principais críticas passaram

17. Serviço de Prophylaxia Rural. **A União**, n.52, 5 de março de 1927.

18. Pela Prophylaxia Rural. **O Jornal**, ano II, n.135, p.3, 10 de maio de 1924.

19. Saneamento Rural. **A União**, n.275, 28 de novembro de 1930.

a recair sobre a qualidade dos serviços ofertados, em termos de recursos materiais, humanos e procedimentos técnicos.

Entre 1921 e 1923, quando esteve à frente dos serviços de febre amarela, através da *Polícia de Focos*, a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural sofreu críticas por parte do jornal *A Imprensa*, que denunciava o desenvolvimento de “uma verdadeira peste de muriçocas em nossa capital, notadamente em certos e determinados pontos. Parece um tanto descuidada, nesse sentido, a repartição incumbida do combate sistemático a essa flagelo da nossa saúde e do nosso sossego.”²⁰ Diante da existência de focos amplos e perigosos que estão fornecendo em abundância as terríveis transmissoras dos males que nos comprometem a vida, o articulista do jornal solicitava aos responsáveis pelo serviço de profilaxia que tomem alguma providencia a esse respeito. Já os moradores da Rua Padre Azevedo, solicitaram, por intermédio dos redatores do *O Jornal*, providências por parte do serviço de Profilaxia Rural para extinguir os charcos de água existentes desde a passagem do serviço de esgoto, que provoca a proliferação de uma grande de mosquitos.²¹ Ao que parece, a CSPRP não estava atuando de forma eficiente no combate aos mosquitos transmissores da febre amarela, gerando críticas e insatisfações por parte da imprensa e da população. Deste modo, essa deficiência poderia ter sido um dos motivos para a chegada da Fundação Rockefeller na Paraíba em 1923, encarregada da execução de tais serviços.

A Fundação Rockefeller, que atuou na Paraíba entre os anos de 1923 a 1931, também foi alvo das críticas da população por seus métodos de combate aos mosquitos transmissores da febre amarela, muitos populares, não só criticavam a instituição, como também burlavam as normas sanitárias por ela estabelecidas. Neste sentido, um inquilino produziu um poema com muita criatividade, mostrando sua crítica em relação à atuação dos *Mata-mosquitos* em Paraíba do Norte. Assim visualizamos:

PROFILAXIA URBANA

Um certo mata- mosquito,

Mostrando um peixe esquisito,

Disse que era o *barrigudo*, (grifo do autor),

Come martello e tudo.

Depois quis deitá-lo ao pote!

Mas eu gritei: Não ao pote!

Por que não é razoável

Que esse peixe seja potável.

INQUILINO.²²

A leitura do poema sugere que os habitantes não confiavam no método utilizado pela instituição, no caso, a prática de colocar peixes nos potes ou outros recipientes de

20. Com a Prophylaxia Rural. **A Imprensa**, n. 37, p.2, 14 de janeiro de 1925.

21. Com a Prophylaxia. **O Jornal**, ano II, n.113, 9 de abril de 1924.

22. PROPHYLAXIA URBANA, **O Jornal**, ano I, n.29, p.6, 23 de dezembro de 1923.

água para que se alimentassem dos martelos ou larvas de mosquitos que estivessem presentes nos depósitos de água. A intenção dos mata-mosquitos era extinguir as larvas dos mosquitos e assim eliminá-los, evitando assim a incidência da febre amarela nos lares. Contudo, a população desconfiava da qualidade desses peixes, pois poderiam estar contaminados, o que impossibilitaria o consumo de tais líquidos. Esta crítica tinha sua razão de ser, no período em que o acesso a água potável era restrito devido a inexistência de um sistema de abastecimento d'água e de seu respectivo tratamento, principalmente para uma grande maioria da população. O medo do desperdício d'água levou muitos a se posicionarem contra a atuação dos mata-mosquitos, afinal, o povo tinha receio de perder o precioso líquido.

Neste mesmo sentido, o operário residente na Rua Centenário do Bairro Cruz das Armas fez uma *Justa Reclamação* por intermédio do meio de comunicação *O Jornal*: “para o respeitável Sr. Dr. Chefe do serviço de profilaxia doméstica, nesta cidade, apelamos quanto a perseguição que está sofrendo um nosso operário... por parte do guarda Alexandre, da turma que ali fez visita domiciliaria.”²³ O caso referia ao fato do operário ser muito pobre e não dispor de um grande recipiente para a armazenar água, assim, todos os dias o operário precisava abastecer as duas latas de água que eram consumidas ao longo do dia. Diante da difícil situação, a esposa do operário solicitou ao guarda para não lançar os peixes no recipiente, este respondeu com palavras grosseiras e continuou sua prática de jogar peixes no vasilhame. A justa reclamação por parte do operário se dava pelo modo desrespeitoso e autoritário que o guarda Alexandre tratou a sua esposa e, segundo, pelo desperdício de água que tal método utilizado pela instituição desencadeava, principalmente, se levarmos em consideração o fato de que o acesso à água era bastante difícil no período, ainda mais para os pobres que tinham família numerosa, como a do operário em questão.

Como bem discute José Murilo de Carvalho, quando afirma que “os cidadãos inativos pelo critério institucional revelaram-se então não só profundamente atentos a aspectos do exercício do poder que lhes afetavam a vida cotidiana como também dispostos a ir até as últimas consequências para defender o que consideravam seus direitos”(CARVALHO, 1987, p.91). Carvalho está se referindo aos cidadãos do Rio de Janeiro que estavam excluídos da cidadania política pelos mecanismos eleitorais, mas que ousaram protestar contra o que consideravam um abuso das autoridades, no caso, a obrigatoriedade da vacina, gerando um movimento, a “Revolta da Vacina”, que “permanece como exemplo quase único na história do país de movimento popular de êxito baseado na defesa do direito dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelo governo” (CARVALHO, 1987, p.139).

Baseados nos princípios de que o lar não poderia ser invadido, os habitantes questionavam e protestavam contra a invasão do espaço privado pelos funcionários da FR. A população campinense protestava contra a invasão do espaço privado, assim como fizera os cidadãos inativos do Rio de Janeiro na Revolta da Vacina, como analisou

23. Justa Reclamação, *O Jornal*, ano II, n.205, p.6, 14 de agosto de 1924.

Carvalho, sobre os participantes do movimento: “era antes reclamações contra o que se considerava ação inadequada, arbitrária, por parte dos agentes do governo... Revelavam que havia entre a população certa concepção do que deveria constituir o domínio legítimo da ação do Estado”(CARVALHO, 1987, p.146). Nas palavras do historiador, os cidadãos que atuaram na Revolta da Vacina colocaram suas demandas dentro dos limites estabelecidos, “não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões do governo; defendiam-se valores e direitos considerados acima da esfera de intervenção do Estado, ou protestava-se contra o que era visto como distorção ou abuso” (CARVALHO, 1987, p.146). Desta forma, considera-se que os cidadãos tinham uma consciência cidadã, ou seja, entendiam quais eram seus direitos civis, e se revoltavam quando esses direitos eram desrespeitados, por isso, usavam a imprensa para fazer o seu protesto.

Além da Fundação Rockefeller, a CSPRP também teve sua atuação questionada no estado da Paraíba, repercussões negativas de sua atuação foram evidenciadas nas páginas dos jornais, assim observamos no jornal *A Imprensa*, em matéria intitulada “Pela Saúde Pública”, na qual aborda o número alarmante de mortes ocorridas em Santa Rita no período de janeiro a julho de 1921, cujo número teria sido 254, levando o redator do jornal a afirmar que “ali, a industria mais rendosa é de coveiro, e o campo mais cultivado, o cemitério.”²⁴ Desta forma, o jornal alerta que o problema poderia ser solucionado se “os poderes competentes instalassem naquela vila um subposto sanitário prestariam um assinalado serviço àquela boa gente que esta sendo ceifada pelo paludismo, verminose e tuberculose.”²⁵

Além de Santa Rita, outras cidades do interior estavam passando por problemas sanitários, “Alagoa Grande, achava-se acometida de febres de mau caráter, causando verdadeiro alarme a população.”²⁶ Para atender a reclamação do povo, o governo do estado teria subvencionado o médico residente na cidade para medicar as pessoas. Em “Araruna, grassa com muita intensidade o paludismo, tendo sido enviado pelo governo para medicar naquele importante município o Sr. Dr. Ulisses Nunes.”²⁷ Outras localidades também apresentavam números alarmantes que colocavam em perigo a saúde pública. Diante disso, o jornal apelava para uma atuação mais enérgica do governo, mostrando, dessa forma, a fragilidade da CSPRP, pois, como estava ausente nesses lugares, a população reclamava da situação de perigo, e o governo respondia com o envio de um médico ou subvencionando um médico da localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da CSPRP sinalizou um processo de institucionalização dos serviços

24. Pela Saúde Pública, **A Imprensa**, n. 44, 13 de julho de 1921.

25. Idem.

26. Idem.

27. Idem.

de saúde e higiene no estado, independente da qualidade e da regularidade dos serviços prestados. Essa institucionalização se concretiza mediante os programas de combate e prevenção das endemias rurais, procedimentos de diagnóstico de doenças por meio de exame, tratamento de doenças como a Sífilis, a Tuberculose, o Impaludismo etc, além da presença dos funcionários na sociedade e a estrutura física dos postos rurais. Em resumo, os serviços da Comissão constituíram um exemplo material da presença do estado na sociedade, contribuindo para a expansão da autoridade pública no meio social, como bem sintetiza Santos, “os movimentos de saúde pública tiveram um forte impacto sobre o crescimento dos aparelhos do Estado e sobre o surgimento de uma *ideologia de construção nacional* (grifo do autor)” (SANTOS, 2004, p.284). Além disso, a atuação da Comissão sinalizou um processo de modernização das instituições públicas, e também dos hábitos e costumes da população quantos as normas de higiene e civilização.

Conforme estudamos na República Velha, foram dados os primeiros passos para a institucionalização dos serviços de saúde e de saneamento na Paraíba através do funcionamento da CSPRP, com seus funcionários, procedimentos de cura, profilaxia, exames e medicações. Contudo, essa institucionalização era limitada devido a diversos fatores: problemas financeiros, interferência da política partidária na instituição, irregularidade dos serviços, número limitado de postos para o espaço geográfico atendido, deficiências dos serviços prestados e repercussões negativas de sua atuação na sociedade

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**. As bases da política de saúde pública no Brasil. 3a. edição. São Paulo: Hucitec, 2012.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa - Omega, 1975.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**– Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NÓBREGA, Humberto. **As raízes da ciência da saúde na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1979.

SANTOS, Luiz A. Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia da Antonio de construção da nacionalidade. **Dados**, Rio de Janeiro, v.28, p.1903-2010, 1985.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-100-8

